

CORREIO NACIONAL



Projeto prevê medida para escolas públicas e privadas

Câmara aprova projeto que restringe celular em escolas

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter conclusivo, nesta quarta-feira (11), o Projeto de Lei 104/2015, que restringe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis, sobretudo de telefones celulares, nas salas de aula dos estabelecimentos públicos e privados de ensino infantil e médio.

Quarenta e cinco membros do colegiado votaram a favor do parecer do relator da proposta, o deputado federal Renan

Ferreirinha (PSD-RJ). Outros 14 parlamentares votaram contra a iniciativa, que propõe a proibição do uso de aparelhos eletrônicos dentro de sala de aula, durante o intervalo entre as aulas e até mesmo durante o recreio.

O texto segue agora para apreciação pelo Senado. Se aprovado conforme encaminhado pelos deputados federais, permitirá o uso dos dispositivos eletrônicos em ambiente escolar apenas para fins pedagógicos, com a supervisão dos educadores.

Alistamento feminino

A partir do dia 1º de janeiro do ano que vem, as mulheres também poderão se alistar nas Forças Armadas.

Ao contrário do alistamento obrigatório para os homens, no caso feminino, ele será feito de forma voluntária para aquelas que completarão 18 anos em 2025. O prazo para

alistamento terminará no dia 30 de junho.

Segundo o Ministério da Defesa, neste primeiro momento, serão ofertadas 1.465 vagas, distribuídas em 28 municípios e 14 unidades federativas. Serão 1.010 vagas para o Exército; 155 para a Marinha e 300 para a Aeronáutica.

LGBTQIA+ em áreas rurais

O governo federal lançou o Programa Bem Viver+ para enfrentar a violência e promover os direitos das pessoas LGBTQIA+ de áreas rurais e comunidades tradicionais. A portaria que instituiu o programa foi publicada nesta quarta no Diário Oficial da União, e assinada pelos ministros dos Direitos Humanos

e da Cidadania, dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial. O programa integra a Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+, instituída pelo MDHC. Segundo o MDHC, o programa se alinha com a expressão utilizada por povos originários e estudiosos do tema.

Usuários relatam instabilidade

Usuários relatam na tarde desta quarta-feira (11) dificuldades e problemas de instabilidade no acesso às redes sociais WhatsApp, Instagram e Facebook, da empresa Meta.

Entre os pontos citados estão mensagens que não chegam ou não são enviadas aos destinatários, além de demora no carre-

gamento das páginas.

Os problemas são relatados por usuários de internet no X (antigo Twitter), no qual as redes sociais da Meta estão entre os assuntos mais comentados. No Google Trends, estavam entre os tópicos com maior volume de pesquisas por volta das 16h.

Programa Arroz da Gente

O programa Arroz da Gente, uma das políticas de incentivo à produção de arroz pela agricultura familiar anunciadas pelo Governo Federal em 2024, foi instituído por meio da Portaria Interministerial nº 15, publicada no Diário Oficial da União nesta segunda-feira (9). O projeto,

de responsabilidade dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), tem, entre suas propostas, garantir a segurança alimentar e nutricional em diferentes territórios.

Saúde para quilombolas

Em um marco histórico, o Ministério da Saúde lançou o pacote de medidas “Saúde sem Racismo: políticas pela Igualdade Racial”, reafirmando o compromisso com a equidade no SUS e o direito à saúde da população quilombola. Com cerca de 1,3 milhão de quilombolas

distribuídos em mais de 6 mil comunidades, segundo o Censo 2022, a maioria enfrenta barreiras significativas no acesso a serviços de saúde. A ministra Nísia Trindade destacou a relevância dessas ações para reparar uma dívida histórica com essas populações.

População em situação de rua soma 308 mil pessoas

CadÚnico registrava 116,7 mil nessa condição há seis anos

Em agosto de 2024, o número de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) de todo o país era de 298.071, o que representa 308.277 pessoas em um universo de 94.587.894 indivíduos inscritos, pertencentes a 40.811.422 famílias. Os dados foram apresentados nesta quarta-feira (11), no lançamento da 37ª edição da série do Caderno de Estudos desenvolvida pelo Ministério Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Segundo os pesquisadores, esses números revelam um crescimento exponencial da população de rua, que em 2018, registrou no Cadastro Único 116.799 pessoas nessa situação. Entre as causas apontadas no Caderno de Estudos estão a ausência de dados padronizados e consistentes para embasar a inclusão da população em situação de rua nas políticas públicas externas, como as econômicas e climáticas, por exemplo.

De acordo com o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, o diagnóstico trazido por essa edição da série de estudos busca



Os dados foram apresentados na quarta-feira pelo governo

exatamente tornar as políticas públicas e intervenções mais eficazes. “A gente hoje não só está trazendo esse importante caderno, mas também a oportunidade de que tenhamos uma atualização, a partir de um trabalho que se iniciou em janeiro do ano passado, e que permitiu que pudéssemos avançar a condição de ter o Plano Ruas Visíveis”, destacou.

A produção e gestão de dados é um dos eixos da política

pública citada pelo ministro, tendo sido desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a população em situação de rua, coordenado pelo Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania e que chegou aos dez temas propostos. Os artigos abordam desde questões conceituais, teóricas e políticas a respeito da situação de rua, até os desafios de se dimensionar e caracterizar essa população. Também são abor-

dadas políticas públicas em andamento e transversalidade com programas habitacionais e de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Um dos pontos destacados no estudo é a heterogeneidade da população em situação de rua no país, com mulheres, idosos, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes, famílias e população LGBTQIA+ expostos a diferentes graus de vulnerabilidade.

EBC: fóruns de participação social

Marcello Casal Jr/Agencia Brasil



Empresa estava sem instâncias dessa natureza desde 2016

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) divulgou nesta quarta-feira (11) o resultado final das votações para o Comitê Editorial e de Programação (Comep) e Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cipadi). Os dois fóruns fazem parte do Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública (Sinpas). A EBC estava sem instância dessa natureza desde 2016, quando ocorreu a extinção do Conselho Curador.

Os representantes do Comep serão designados em Decreto do Presidente da República, que será publicado no Diário Oficial da União em data a ser confirmada. Já os representantes do Cipadi serão designados em ato próprio do diretor-presidente da EBC, o que deve acontecer até a quarta-feira (18).

Ao promover a participação social na EBC, pretende-se que as demandas dos mais variados segmentos da sociedade sejam levadas em consideração

na criação de conteúdos que reflitam a realidade brasileira e os interesses do público. Esse objetivo está alinhado à própria missão da empresa de criar e difundir conteúdos que contribuam para o desenvolvimento da consciência crítica das pessoas.

“A participação social na EBC voltou! Ao abrir espaço para a colaboração e o diálogo, a EBC reafirma seu compromisso com a transparência, a diversidade e a inclusão, conso-

lidando-se como uma instituição verdadeiramente pública e voltada para os interesses e necessidades da população”, declarou o diretor-presidente da EBC, Jean Lima.

O Sinpas é resultado do Grupo de Trabalho (GT) Comunicação Pública e Participação Social na EBC, instituído pela Portaria Secom/PR número 19, de 15 de novembro de 2023, e regulamentado pela Portaria Secom/PR número 32, de 19 de dezembro de 2023.

STF

Cerimônia de entrega do Prêmio Inovare

A cerimônia de entrega da 21ª edição do Prêmio Inovare foi realizada na manhã desta quarta-feira (11), no Supremo Tribunal Federal (STF). A premiação tem como objetivo identificar, divulgar e disseminar práticas que promovam o aprimoramento da Justiça no Brasil, com destaque neste ano para os temas meio ambiente e sustentabilidade.

O presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso, e outros ministros da Corte participaram da solenidade. Foram avaliadas 732 iniciativas e, na fase final, 10 estados e o Distrito Federal concorreram ao prêmio.

STJ

Fórum de Recuperação Empresarial e Falências

O Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref) reuniu, na última segunda-feira (9), representantes do Sistema de Justiça, advogados e especialistas para discutir formas de agilizar e padronizar processos de recuperação e falência. A reunião, realizada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi presidida pelo ministro Moura Ribeiro.

A iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) visa enfrentar crises econômicas agravadas por eventos como a pandemia de covid-19 e as enchentes que causaram estrago no Rio Grande do Sul, buscando ações para fortalecer a economia brasileira.

TSE

Candidatos têm até hoje para recorrer sobre prova

As candidatas e os candidatos que fizeram as provas do Concurso Público Nacional Unificado da Justiça Eleitoral (CPNUJE) têm das 10h desta quarta-feira (11) até as 18h de quinta-feira (12), pelo horário de Brasília (DF), para apresentar recursos referentes às questões formuladas e aos gabaritos oficiais preliminares divulgados para os cargos de analista e técnico judiciário. O prazo para recorrer também se estende ao padrão preliminar de respostas da prova discursiva para os cargos de analista judiciário.

Para entrar com recurso, a candidata ou o candidato deve acessar a página do Cebraspe, a banca realizadora do certame.

TCU

Vital do Rêgo assume presidência do TCU

Na manhã desta quarta-feira (11/12), o ministro Vital do Rêgo tomou posse como presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). A vice-presidência da Casa será conduzida pelo ministro Jorge Oliveira. Eles foram eleitos, por unanimidade, na sessão plenária da última quarta-feira (4/12).

O exercício do mandato dos dois cargos se inicia a partir de 1º de janeiro de 2025, com a possibilidade de reeleição por igual período.

Em seu discurso de posse, Vital do Rêgo enfatizou os avanços realizados pelo Tribunal nos últimos anos e reafirmou seu compromisso com a excelência do controle externo.